



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS
GABINETE DO VEREADOR MARCUS CURSINO
PARTIDO UNIÃO BRASIL

REQUERIMENTO nº /2026

Parintins-AM, 10 de março de 2026.

AUTORIA: VER. Marcus Wilson Tardelly Lopes Coursino.

ASSUNTO: Requeiro, nos termos do Art. 72 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, que seja encaminhado expediente ao Prefeito Municipal de Parintins, com cópia à Procuradoria-Geral do Município, solicitando informações acerca das inconsistências e ilegalidades mencionadas no Ofício nº 076/2026 – PGMP, de 03 de fevereiro de 2026, em resposta à Indicação nº 1405/2025, especificamente:

1. Quais são, de forma detalhada, as inconsistências e ilegalidades identificadas na legislação municipal que delimitou e definiu os Distritos e Agrovilas do Município de Parintins;
2. Qual o embasamento jurídico utilizado para tal entendimento;
3. Se existe parecer jurídico formal da Procuradoria-Geral do Município sobre o tema, requerendo, em caso positivo, o encaminhamento de cópia do referido documento;
4. Quais providências o Poder Executivo pretende adotar para sanar as inconsistências apontadas.

Senhor Presidente,

Senhora Vereadora e Senhores Vereadores.

Exposição de Motivos: (Justificativa)

Em resposta à Indicação nº 1405/2025, de minha autoria, que solicitava a adoção de providências para a realização das eleições de Administradores e Secretários dos Distritos e Agrovilas do Município de Parintins, a Procuradoria-Geral do Município encaminhou manifestação por meio do Ofício nº 076/2026 – PGMP, de 03 de fevereiro de 2026, informando que foram identificadas inconsistências e ilegalidades na legislação municipal que delimitou e definiu os referidos Distritos e Agrovilas.



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS
GABINETE DO VEREADOR MARCUS CURSINO
PARTIDO UNIÃO BRASIL

Considerando a relevância do tema para a organização administrativa do município e para a representatividade das comunidades distritais, torna-se necessário que esta Casa Legislativa tenha conhecimento detalhado acerca das inconsistências apontadas, bem como do embasamento jurídico que fundamenta tal entendimento.

Dessa forma, o presente requerimento tem por objetivo garantir maior transparência, segurança jurídica e subsidiar o Poder Legislativo no exercício de suas atribuições de fiscalização e acompanhamento das ações do Poder Executivo. Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

S.S. da Câmara Municipal de Parintins, em 10 de março de 2026.

Marcus Wilson Tardelly Lopes Coursino
(Autor da propositura)
Partido União Brasil